

A “RELIGIÃO LEIGA DA CLASSE OPERÁRIA” E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo central analisar o processo de transformação urbana ocorrido na cidade de Santos entre o final do século XIX e o início do século XX pelo mundo do trabalho e por um dos elementos culturais fundamentais da classe trabalhadora, o futebol. Pretendo ainda analisar os conflitos inerentes à formação de tais iniciativas voltadas predominantemente para o recreio, em parte resultantes do choque entre as propostas culturais formuladas para os trabalhadores por anarquistas e militantes sindicais e outras formas de lazer de classe rapidamente popularizadas. Por fim, a pesquisa procura compreender o espaço ocupado pelas agremiações dedicadas ao futebol nas tensões e contradições entre capital e trabalho e entre as diferentes nacionalidades (mitigando ou reforçando oposições e rivalidades) representadas na população de Santos do período citado.

Palavras-chave: Cidade; Futebol; Trabalho.

The “secular religion of the working class” and the meanings of the city: urbanization, labor and football in the city of Santos (1892 – 1920)

Abstract: This article aims to analyze the process of urban transformation that occurred in the city of Santos between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century by the world of work and one of the fundamental cultural elements of the working class, soccer. I also want to analyze the conflicts inherent in the formation of such initiatives that are predominantly for recreation, partly as a result of the clash between the cultural proposals formulated for the workers by anarchists and trade union militants and other forms of class leisure that are rapidly popularized. Finally, the research tries to understand the space occupied by the associations dedicated to football in the tensions and contradictions between capital and labor and among the different nationalities (mitigating or reinforcing oppositions and rivalries) represented in the population of Santos in the mentioned period.

Keywords: City; Soccer; Labor.

Uma avaliação do significado profundo da febre futebolística não pode, entretanto, se circunscrever ao âmbito do cobiçado estádio ou

¹Doutorando do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Email: andrecarreira80@hotmail.com .

da curta duração das partidas. O fenômeno esportivo em geral, futebolístico em particular, é uma manifestação plenamente urbana, que palpita de um modo ou de outro por todos os desvãos da cidade e preenche o tempo ampliado das horas de lazer. A cidade não assiste ao esporte como um episódio isolado e externo: ela lhe dá vida, corpo e voz – ela não o vê de fora, ela se vê nele.

(Nicolau Sevcenko, Orfeu Extático na Metrópole, 1992)

Uma cidade, múltiplas dimensões

O artigo em questão está circunscrito cronologicamente entre o final do século XIX e, principalmente, as primeiras décadas do século XX. O artigo procura discutir o surgimento e a popularização da prática de futebol na cidade de Santos nas décadas de 1900 e 1910 como elementos constituintes do processo de formação e transformação da cidade.

A cidade de Santos do início do período republicano é um dos casos paradigmáticos das intensas transformações pelas quais passava um país independente que procurava inserir-se nos marcos internacionais do desenvolvimento capitalista tanto do ponto de vista das relações econômicas quanto pela incorporação de doutrinas, valores e modos de vida. As profundas e aceleradas mudanças ocorridas no espaço urbano santista na virada do século eram, entretanto, um desdobramento até certo ponto natural de dois elementos fundamentais para a compreensão desse período: o incremento das atividades portuárias e a construção da ferrovia ligando a cidade de Santos ao planalto.

Os limites físicos da cidade – fundada em meados do século XVI – só foram alterados de forma significativa nas últimas décadas do século XIX com as novas características que ela foi gradativamente assumindo e com o conseqüente crescimento populacional. Foi então que se incorporaram novas áreas em direção às praias e também para o leste. A expansão em direção ao planalto paulista cessou no momento de implantação da ferrovia (LANNA, 1996).

Ferrovia, porto e a formação do espaço urbano santista

A década de 1850 significa verdadeiro ponto de inflexão para o crescimento da cidade (GONÇALVES, 1995). É nessa década que as exportações de café suplantam as de açúcar e, já em 1854, Santos se torna responsável por quase 80% da movimentação exportadora brasileira do produto (ANDRADE, 1989). A construção da Estrada de

Ferro Santos—Jundiaí, inaugurada em 1867, significou impulso definitivo ao fluxo de mercadorias produzidas no planalto, especialmente o café, rumo ao porto de Santos. Inicialmente concessão feita pelo governo central a um consórcio composto por Barão de Mauá, Marquês de Monte Alegre e J.A. Pimenta Bueno na década de 1850, a ferrovia, no momento de sua conclusão e inauguração, já havia sido transferida para a companhia inglesa São Paulo Railway, responsável direta pela administração da ferrovia até 1946. A empresa possuía todos os privilégios habituais concedidos às ferrovias no Brasil imperial: isenção de impostos para importação de materiais e garantia de juros mais baixos (SAES, 1979). Seus objetivos eram claros: café que descia; produtos e trabalhadores que subiam.

A expressiva presença britânica na cidade de Santos a partir da segunda metade do século XIX – presença que se manifestava através não apenas de capitais investidos, mas de funcionários de empresas instaladas – teria relação direta com o surgimento de clubes dedicados a práticas esportivas e a algumas das primeiras iniciativas ligadas à gênese do futebol santista. Trataremos disso mais adiante.

O porto deveria integrar-se ao sistema de transporte proporcionado pela construção da ferrovia. A situação portuária era, porém, de calamidade: com seus trapiches e longas pontes de madeira, o porto tinha se transformado em grave obstáculo ao movimento do café. O cenário começaria a se modificar em 1888 quando um grupo de empresários sediados no Rio de Janeiro e capitaneados por Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée vencem a concorrência aberta pelo então governo imperial para a execução das reformas portuárias. Os primeiros 260 metros de cais de pedra foram concluídos e inaugurados em 1892 (GITAHY, 1992).

A obra, no entanto, iria extrapolar as reivindicações das elites locais santistas, representadas pela Associação Comercial, entidade criada em 1870 e de grande influência na política local, gerando diversos conflitos. A conflituosa relação entre planície e planalto – representados aqui pelas cidades de Santos e São Paulo, respectivamente –, entre os poderes locais e os poderes estadual e federal seria uma constante no processo de transformação do espaço urbano da cidade de Santos. Curioso notar que, posteriormente, essa tensa relação política e econômica teria sua versão no campo esportivo, assumindo a feição de contendias e rivalidades surgidas e constantemente realimentadas entre os clubes dedicados ao futebol em Santos e as equipes paulistanas.

Progressivamente, a Companhia Docas de Santos – popularmente conhecida como o “polvo” – esticava e espalhava seus tentáculos pela cidade. Além da “modernização” portuária, a Docas atuou em diversos pontos da cidade, reivindicando para si “propriedade de terras, até mesmo nos morros, direitos de exploração de pedreiras no bairro do Jabaquara, concessão de linhas de bonde e o monopólio de fornecimento de energia elétrica em disputa com a Light” (LANNA, 1996, p. 59 – 60). Nesse período, as atividades relacionadas ao café envolviam

a quase todos na cidade. Embora importante politicamente e intimamente vinculada aos interesses dos grupos ligados ao comércio do produto – especialmente aos comissários de café – a Associação Comercial enfrentava forte concorrência de grupos estrangeiros ou nacionais sem bases na cidade e que controlavam setores como o comércio de importação, os serviços públicos e as práticas alfandegárias. O serviço de abastecimento de luz e água, por exemplo, era concessão da Companhia Santos Improvement, empresa de capital britânico, desde a década de 1880. A Companhia Docas, além de concessionária do porto, controlava os serviços alfandegários. Os transportes urbanos pertenciam quase na sua totalidade também a uma grande empresa com participação de capital britânico e cujos acionistas majoritários eram Francisco de Paula Mayrink e João Pinto Ferreira Leite (SAES, 1979, p. 215).

O crescimento da cidade e a oferta de serviços urbanos eram condicionados, entretanto, ao caráter portuário do município. Se por um lado o porto era visto como a porta de entrada para a modernidade, para o desenvolvimento e como forma de garantir a expansão econômica do estado, por outro, o problema das epidemias que assolavam a região e, a partir da década de 1890, começavam a “subir a serra” através da ferrovia invadindo capital e interior do estado ameaçando a prosperidade gerada pelo café transformava-se rapidamente em preocupação central das autoridades locais e estaduais.

A reforma e ampliação do porto eram constantemente apresentadas não apenas como soluções para o desenvolvimento econômico da região mediante a maior agilidade nas exportações de café e na recepção de trabalhadores vindos do exterior, mas também como parte integrante de um grande projeto de transformação urbana caracterizada pela necessidade de saneamento de uma cidade insalubre.

O “inimigo traiçoeiro”: as epidemias e as reformas urbanas

Em mensagem dirigida ao Legislativo de São Paulo em abril de 1892, o então presidente do estado, José Alves de Cerqueira César, expressava a sua preocupação com a situação de calamidade da cidade de Santos e alertava para a necessidade de medidas de saneamento. Segundo ele, “as epidemias perturbam a economia do estado, ameaçam a comunicação com o exterior e expõem o território paulista à invasão da febre amarela”. Os temores de Cerqueira César eram corroborados pelos poderes e instâncias locais. A Associação Comercial de Santos, em apelo feito ao Presidente da Província de São Paulo em 1889, destacava que não só a vida da população estava em jogo, mas também que “altos interesses econômicos e financeiros do porto, da capital da Província e do interior corriam sério risco” (GONÇALVES, 1995, p. 32). Em ofício de 17 de março do mesmo ano, a Comissão de Vigilância Sanitária de Santos, em relatório também endereçado ao Presidente da Província, apontava a necessidade de intervenção governamental que tornaria a

cidade apta a “repelir o inimigo traiçoeiro que aparecendo entre nós aniquila milhares de vidas preciosas, trazendo ao mesmo tempo o terror e com ele avultado prejuízo no comércio”. Nesse sentido, não se pode desvincular a tão reivindicada reforma do porto da situação geral do estado de São Paulo. Tanto nas reformas portuárias quanto nas intervenções sanitárias estava em jogo mais do que o grave problema de saúde pública existente em Santos, mas também a estratégica posição da cidade na relação com o planalto seja para escoar mercadorias, seja para importar trabalhadores.

Entre 1890 e 1900 morreram em virtude das epidemias 22.588 pessoas na cidade de Santos (ÁLVARO, 1919, p. 24). Este número correspondia a quase metade da população do município no período.

A sucessão de epidemias que assolaram Santos durante quase seis décadas (segundo Guilherme Álvaro, já citado, houve uma epidemia de febre amarela na cidade na década de 1840) significou um de seus mais sérios problemas. Entre 1889 e 1898, as taxas de mortalidade foram sempre superiores às taxas de natalidade (ÁLVARO, 1919, p. 45). Embora a cidade continuasse a crescer demograficamente devido aos abundantes fluxos migratórios, a situação de saúde pública conjugada às perdas econômicas associadas tornaram a situação insustentável. A situação de calamidade era tal que navios atracados no porto eram obrigados a fazer quarentena (GITAHY, 1992, p. 22), obviamente afetando o comércio, principal fonte de riqueza na cidade.

A simples presença das moléstias e os problemas decorrentes não foram, no entanto, suficientes para que medidas práticas e abrangentes fossem tomadas em seu combate. Sobre isso, Ana Lucia Duarte Lanna afirma que:

“(...) somente quando, através da ferrovia que transportava agilmente o progresso e suas mazelas, as epidemias começaram a assolar o interior do estado e a comprometer o funcionamento do porto de exportação, é que intervenções radicais, violentas, mas eficientes do ponto de vista epidêmico, foram implementadas. As epidemias colocavam em risco a solução do problema dos braços para a lavoura.” (1996, p. 71)

O aumento das exportações dos produtos vindos da província de São Paulo já colocava a cidade de Santos como foco de atuação dos governos estadual e federal desde a década de 1870. Santos, ao mesmo tempo em que prometia se tornar a cidade com o principal porto do país, era uma das mais difíceis de se intervir, seja pela relação conflituosa com a administração local, seja em virtude da gravidade e extensão das epidemias. O primeiro plano sanitário elaborado para a cidade de Santos foi realizado por Estevan Fuertes, engenheiro e professor da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Durante a década de 1890, Fuertes apresentou minucioso estudo sobre a questão sanitária santista. Em pesquisa sobre o tema, Sidney Bernardini aponta que, para Fuertes:

“os problemas sanitários eram decorrentes de uma nova ordem estabelecida com o incremento das atividades urbanas. Assistia-se a um desenvolvimento econômico voltado à abertura do mercado de exportação do café, contribuindo para que a parte excedente do capital fosse investida em atividades e infraestruturação urbana. A concentração populacional nas cidades abria um canal para o avanço das epidemias, justificando as operações promovidas pelo Estado, em associação com os representantes do grande capital.” (2003, p. 18)

Essas novas configurações indicam que as questões urbanas, no início do século XX, eram mais complexas que a simples melhoria das condições higiênicas dos espaços.

Ainda na década de 1890, o processo de saneamento e higienização da cidade seria iniciado pelo governo estadual. Sob responsabilidade da Secretaria dos Negócios do Interior ficaria a Comissão Sanitária, incumbida da função de vistoriar habitações, promover desinfecções, fiscalizar a limpeza de terrenos. A Comissão de Saneamento, ligada à Secretaria da Agricultura, era responsável pelas obras de canalização de água e construção da rede de esgotos. Fuertes havia trabalhado para a Comissão de Saneamento, assim como Saturnino de Brito, responsável por posterior e ainda mais amplo plano urbanístico para a cidade (BERNARDINI, 2003 e ANDRADE, 1989).

Em Santos, assim como no Rio de Janeiro durante a administração de Pereira Passos, a remodelação portuária veio acompanhada de uma política de intervenção urbana com forte cunho sanitário e que acabava por segregar e excluir a população pobre (GAMBETA, 1984, p. 19).

Saturnino de Brito, partidário de uma concepção global de cidade, elaborou para Santos uma planta geral. Em seu projeto, a preocupação social, assim como a dimensão estética, estava subordinada à imperiosidade da técnica. Segundo Carlos Roberto Monteiro de Andrade (1992):

“com o plano de saneamento, melhoramentos e expansão que Saturnino de Brito elaborou e implantou em Santos, mesmo que não tendo sido integralmente realizado em todos os seus aspectos, não apenas temos a construção de uma cidade moderna, mas a aplicação de princípios urbanísticos considerados revolucionários para a época. Desaparece o passado colonial da cidade em nome de um futuro marcado pelas concepções de higiene e progresso.” (1992, p. 32)

Caberia ao urbanismo disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados através da socialização do sentimento de intimidade e da negação de toda e qualquer “promiscuidade” – representada essencialmente pelos cortiços

e habitações coletivas – sobretudo através das ações dos higienistas e demais reformadores sociais (BONDUKI, 1998 e MELOSI, 2000).

Essa perspectiva “legitimava uma política repressiva e destruidora das formas de vida e associação, sobretudo das classes trabalhadoras” (LANNA, 1996, p. 79). A discussão e posterior configuração de uma cidade higiênica e bela e a associação entre salubridade física e social foi uma das formas fundamentais de generalização dos valores burgueses e de controle sobre essa população mais pobre, móvel e instável (COSTA, 2000). É sobre essa população fragilizada que as intervenções pretensamente modernizadoras recairiam com mais violência, definindo lugares e funções sociais. Essa nova redistribuição social, constantemente atualizada no intenso ritmo das intervenções sanitárias, desenharia o espectro da prática futebolística santista das primeiras décadas do século XX. Desnecessário enfatizar aqui que o futebol se introduziu no Brasil, apesar de suas especificidades locais, principalmente como modismo europeu com fortes traços higienistas, moralistas e de distinção social mais adequada, portanto, aos jovens da elite. Nosso processo de popularização do futebol apresentou ritmo próprio, condizente com os limites de uma sociedade ainda fortemente marcada por heranças coloniais e escravistas, com sua rigidez, hierarquias e intensa exclusão das camadas empobrecidas. Nesse sentido, como veremos mais adiante, tanto a prática do futebol como a localização e arquitetura dos primeiros estádios da cidade de Santos respeitavam a lógica de ocupação e destinação de espaços caracterizada pelas transformações urbanas do período (MATOS, 2004).

Não apenas os espaços deveriam ser saneados e “modernizados”, mas a imposição de uma nova racionalidade expressa nas reformas urbanas representaria a possibilidade de construção de “novos homens”, adequados à ideia de modernidade que se pretendia instaurar (PERROT, 1988 e GAMBETTA, 1988).

Esse amplo processo, para além das demolições e do “bota-abaixo”, criaria um novo espaço urbano. Uma cidade concebida para o progresso, com amplos espaços abertos, praças, largas avenidas, jardins, canais. Descobriam-se novos lazeres através da fruição de uma cidade disciplinada. Descobria-se a praia – local que abrigaria as primeiras partidas de futebol registradas na cidade – e a vida à beira-mar. Criava-se uma cidade mais segmentada socialmente. Consolidava-se uma população empobrecida considerada pelo saber científico hegemônico de então promíscua, perigosa. Resistia essa população. Negava a vacinação obrigatória, a transferência forçada de moradia, a perda quase absoluta dos já restritos espaços de lazer e o controle sobre seu trabalho. De pequenas resistências cotidianas a algumas das maiores e mais importantes manifestações operárias de seu tempo – as greves de trabalhadores da construção civil e portuários como pontas de lança – eram recorrentes as estratégias a esse amplo cenário de mudança que os afetava diretamente, mas não os incluía (LANNA, 1996 e GAMBETA, 1984).

A cidade em transformação: ampliação dos limites físicos e redefinição dos espaços urbanos

Norbert Elias, ao analisar a passagem da civilidade para a civilização, concebe esse processo como uma dinâmica de dominação social que se impõe tanto para fora quanto para dentro dos espaços nacionais e que vai, progressivamente, eliminando as possibilidades de existência das diferenças (1990, p. 32). Entre o final do século XIX e o início do século XX, as reformas urbanas que caracterizaram cidades como Santos e Rio de Janeiro foram marcadas pela semelhança das propostas e pela violência das intervenções. A materialização de certa ideia de civilização – na chave proposta por Elias – e progresso eram recursos legitimadores dessas intervenções. É dessa forma que podemos entender a cidade como a expressão visual de uma certa classe social, como projeção dos seus valores no espaço (BONDUKI, 1998, p. 79).

A modernidade que se pretendia instaurar era identificada através da remodelação física do espaço urbano e se materializava em novas praças, bulevares, jardins à beira-mar e largas avenidas. Pela primeira vez depois de mais de três séculos e meio de sua fundação, o então povoado, agora cidade, expandia seus limites. As demolições, os loteamentos e a nova configuração de bairros e ruas indicavam um movimento no qual a terra passava a ser vista como mercadoria (COSTA, 2000, p. 147). Apareceria, com força, a especulação imobiliária. Na reordenação de espaços públicos e privados revelaram-se as novas formas de viver e estar na cidade. As mudanças nas formas de lazer e nas formas de morar – com o combate aos cortiços e instauração da casa como ente essencialmente particular e privado – demonstravam a existência de um movimento na direção de se criar, especialmente em uma cidade conhecida nacionalmente pela presença de combativa classe trabalhadora, uma população de habitantes/espectadores passivos, observadores da modernidade que se almejava (LANNA, 1996, p. 75).

O processo de transformação da cidade tem nas freqüentes demolições um elemento fundamental para sua compreensão. A simples definição do que era considerado um empecilho ao desenvolvimento urbano, do que deveria ser preservado e do que deveria ir abaixo nos fornece valiosas indicações sobre as intenções existentes sobre o espaço físico santista. As demolições e reconstruções vão instituindo novas memórias compartilhadas socialmente e novos marcos de referência, elegendo o que deveria ser valorizado ou relegado ao esquecimento.

Assim como na França revolucionária estudada por Robert Darnton (1998), foi intensa na cidade de Santos a substituição de nomes que evocavam o uso do lugar para o de figuras ilustres do início do período republicano. Apagava-se assim parte da memória associada ao passado colonial e imperial e à escravidão. Colocavam-se no lugar

datas e heróis assumidos pela República, referências da história que se pretendia construir.

As demolições, iniciadas já na década de 1860 pelo local de fundação da cidade conhecido como Outeiro de Santa Catarina, se intensificam nas décadas de 1890 e 1900. Nesse período, a antiga Igreja Matriz dá lugar ao novo prédio da Alfândega e à Praça da República. As antigas ruas Direita e Santo Antônio, importantes vias comerciais próximas ao porto, foram rebatizadas, respectivamente, de rua XV de Novembro e rua do Comércio. Nesse período a cidade já possuía duas largas avenidas, a Ana Costa e a Conselheiro Nébias, essa última a única via a ligar diretamente a região das praias ao porto. A construção de novos símbolos, deslocando ou subjugando antigos monumentos, fazia parte de uma espécie de ressignificação e, em certa medida, negação do passado. Prevaleceria a associação entre estética e higiene, marcas do pensamento urbanístico da época (BERNARDINI, 2003 e COSTA, 2000).

As imposições da Comissão Sanitária promoveram intensa reformulação nas edificações particulares, principalmente nas habitações coletivas da região central da cidade. Várias ações de despejo com a intenção de reformular os prédios e adaptá-los às novas exigências de salubridade e conforto foram realizadas pelo poder público (ANDRADE, 1989). Paralelamente a isso, a região das praias, até então ocupada apenas por algumas poucas chácaras de famílias abastadas, passaria a ser definitivamente incorporada à vida da cidade. A expansão das linhas de bondes, a construção das avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa, a abertura dos canais e a conseqüente solução da questão sanitária influenciaram decisivamente a fixação da população da cidade para além da região central nas primeiras décadas do século XX.

Os anos 1890 marcaram o aparecimento dos primeiros loteamentos previstos para a classe trabalhadora. Associados à expansão da rede de transportes urbanos, os loteamentos eram explorados pela iniciativa privada, seja por empresas do setor de construção ou comprados por uma crescente camada de servidores públicos, negociantes ou funcionários qualificados dos quadros da Companhia Docas (HONORATO, 1997, p. 88). Um exemplo interessante das tênues relações entre o setor público e o setor privado pode ser constatado através da trajetória do primeiro loteador da cidade, Matias Costa. Comissário de café, negociante de sal e dono de empresa de seguros marítimos, Matias Costa criou uma linha de bonde – apesar do privilégio de exploração de transportes concedido pela administração municipal à Company of Santos Improvement – que passava por suas terras. O empresário vendia os lotes, explorava a linha de bonde e ainda alugava quartos em região mais próxima às praias, no atual bairro do Gonzaga (COSTA e SILVA SOBRINHO, 1953, p. 48). A Vila Matias se consolidou com o passar dos anos como bairro de habitações populares

cortado pela extensa avenida Ana Costa, nome da esposa do dono das terras.

A Vila Matias não foi exemplo isolado de bairro que, embora mais afastado das regiões centrais e dos morros, tenha recebido parte da classe trabalhadora local. A Vila Macuco, próxima ao cais, passou a receber predominantemente trabalhadores portuários a partir da década de 1900.

Novos bairros vão surgindo, quase sempre acompanhando o traçado de longas ruas, avenidas e canais. A longa e larga rua Carvalho de Mendonça, por exemplo, deu origem a três bairros: a Vila Belmiro, entre 1910 e 1915, o Campo Grande, a partir de 1915, e o Marapé, no final da década de 1920 (ANDRADE, 1995, p. 99).

Lentamente, mas não sem violências, os espaços foram sendo redistribuídos e suas funções redefinidas.

Da civilização idealizada ao trabalhador indesejado: demografia, nacionalidade e formação da classe trabalhadora santista

Os limites físicos da cidade de Santos só foram alterados em fins do século XIX com as novas características que ela foi gradativamente assumindo e com o conseqüente crescimento populacional.

A população santista cresceu vertiginosamente no período, resultado tanto dos fluxos migratórios quanto do avanço de suas funções portuárias e das medidas de saneamento da cidade.

Ano do Censo	Homens	Mulheres	Escravos	Total
1872	4.108	3.447	1.606	9.151
1886	-	-	-	15.505
1890	7.150	5.862	-	13.012
1900	27.688	22.701	-	50.389
1913	49.482	39.485	-	88.967

População de Santos (1872 – 1913). Fontes: Recenseamento da Cidade e Município de Santos, 1913.

Mesmo em períodos de altíssima mortalidade em função das epidemias – representados pelos índices de mortalidade superiores aos de natalidade da década de 1890 – a população crescia (ÁLVARO, 1919). Os números impressionam: de 9.151 habitantes em 1872, a cidade chegou a mais de 50 mil em 1900 e 88.967 em 1913 (ver tabela acima).

No início do século XX, as taxas de mortalidade atingiram 100 pessoas por mil habitantes e no início dos anos 1890 chegaram a 20 por mil (GAMBETA, 1988, p. 25).

O crescimento da população por si só, embora significativo, não explica a complexidade das relações sociais que se estabeleceram no espaço urbano santista no período citado. Importante identificar e entender quem eram os habitantes da cidade, de onde vinham, como se relacionavam e como se configuravam os distanciamentos e as aproximações sociais entre eles. Nosso estudo focaliza basicamente a vida de trabalhadores e pobres em geral procurando inseri-los, através de suas múltiplas experiências – e tomando emprestada a noção de experiência em Thompson (1981 e 2011) – nessa cidade em intenso processo de transformação. Entre essas experiências, a prática do inicialmente elitizado futebol e a apropriação do esporte pela classe trabalhadora local.

Em 1913, a prefeitura municipal realizou um minucioso recenseamento da população de Santos, apresentando uma estatística relativamente detalhada de seus habitantes e de suas especificidades, como origem e profissões. Entre os cerca de 90 mil habitantes, 56% eram homens e 44% eram mulheres. O percentual de brancos saltou de 55,3% em 1872 para 86,8% em 1913. Os imigrantes, quase todos provenientes da Europa, correspondiam a 42,5% da população total. Segundo Maria Lucia Caira Gitahy, “para cada 100 habitantes santistas em 1913, 25 eram portugueses, 9 eram espanhóis e 3 eram italianos, além da presença relativamente expressiva de turcos, britânicos, japoneses, austro-húngaros e argentinos” (1992, p. 42).

A população economicamente ativa era de 37.179 pessoas, sendo 86% de homens e 14% de mulheres. Comércio e atividades correlatas (bancos, seguros e mutualismo) eram responsáveis pelo maior número de empregados (23,91%), seguidos do setor caracterizado como “meios de comunicação/transportes”, com 22,73%. Desse montante, mais de 90% eram operários e trabalhadores braçais que operavam em transportes marítimos e terrestres, ou seja, vinculados em sua grande maioria ao porto (doqueiros, ensacadores, carroceiros e estivadores). Assim, como aponta Alcindo Gonçalves (1995), quase 23% da população economicamente ativa de Santos em 1913 estava empregada exclusivamente em serviços e atividades portuárias. Embora um tanto genérico no que diz respeito à caracterização das outras atividades profissionais existentes na cidade, “o censo nos indica que as atividades vinculadas ao transporte portuário, à infraestrutura urbana e à construção civil eram as mais representativas do movimento operário local” (Silva, 2003, p. 223). Em todas essas atividades, assim como no processo de formação da classe operária local, a presença de imigrantes europeus era expressiva. No início do século XX, a maior parte dos trabalhadores da Companhia Docas de Santos era, por exemplo, composta por estrangeiros (HONORATO, 1996).

As péssimas condições de trabalho, os salários baixos, as precárias habitações e as eventuais epidemias provocaram a criação de diversas organizações de auxílio mútuo. Entre elas, geralmente organizadas por nacionalidade, existiam o Real Centro Português,

criado em 1897, a Associação Portuguesa de Socorros Mútuos D. Carlos I, de 1902, a Sociedade Protetora dos Portugueses Desvalidos, também de 1902, o Centro Espanhol, de 1895, a Sociedad Española de Socorros Mútuos y Instrucción, de 1900, a Sociedad Española de Repatriación, de 1902, a Societá di Beneficenza Italiana, de 1897, a Patronato Del Lavoro, de 1902 e a Sociedade Beneficente Austro-Húngara, de 1900. O objetivo dessas organizações era o de auxílio em caso de doença, desemprego e funeral e a construção de hospitais para os imigrantes de recursos mais escassos (FRUTUOSO, 1995).

Curioso perceber, ao analisar o impacto da presença estrangeira no universo laboral, a desconstrução de certos mitos sobre o papel “civilizador” do imigrante europeu no início do século. O caráter civilizatório e o mito do “branqueamento” da população davam lugar à visão do imigrante europeu, mais especificamente do imigrante europeu pertencente à classe trabalhadora, como alguém perigoso. Em pouco tempo, a inspiradora Europa idealizada pelas classes dominantes iria se chocar com a visão dos europeus, imigrantes e trabalhadores – pobres, em sua maioria –, que por aqui chegavam aos milhares. O modelo do que se entendia por “civilização” daria lugar à concepção do estrangeiro “agitador” e indesejado.

A formação da classe operária em Santos, extremamente influenciada pela maciça presença de trabalhadores estrangeiros e entendida aqui sob a perspectiva de Thompson (2011) de formação como um processo ativo que se deve tanto aos condicionamentos como pela ação humana cotidiana, começa a ser percebida a partir do surgimento das primeiras greves, ainda na segunda metade do século XIX. Entre as décadas de 1870 e 1880, carregadores de café, trabalhadores da construção civil e trabalhadores do porto de Santos paralisariam as suas atividades e, em 1891, a cidade presenciaria a primeira greve geral de nível local no país (GITAHY, 1992). No entanto, antes de uma análise mais detida sobre os trabalhadores santistas em princípios do século XX, acredito ser fundamental adensar a reflexão sobre a concepção do operariado como classe no período. A formação da classe operária (não apenas em Santos, mas no Brasil) é frequentemente pensada como um fenômeno puramente econômico associado ao surgimento da indústria e à imposição do trabalho assalariado sem a concorrência do trabalho escravo após a abolição de 1888. Entretanto, uma das críticas recentes aos estudos baseados nessa perspectiva é a de que tomavam a ideia de classe como um efeito quase mecânico da estrutura produtiva, deixando de considerar que a existência de trabalhadores fabris em si não assegura a existência de uma classe, o que pressupõe interesses coletivos constituídos na experiência comum (BATALHA, 2010). A formação de classe seria, portanto, um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas, de classe, tornam-se realidade.

A organização operária em Santos adquire concretamente seus primeiros contornos a partir de 1904 com a fundação da Sociedade Primeiro de Maio, formada exclusivamente por trabalhadores da construção civil. Alguns meses depois, com a pretensão de congregar operários de diversas áreas, é criada a Sociedade Internacional União dos Operários. Embora fundada majoritariamente por trabalhadores ligados ao café, a Internacional teria, em pouco tempo, milhares de associados. As paralisações e a reação repressiva da polícia tornam-se, por sua vez, cada vez mais frequentes. Em abril de 1906, no Rio de Janeiro, aconteceria o Congresso Operário, elemento chave para a compreensão das influências ideológicas e das formas de ação adotadas pela classe operária santista naquele momento. O anarcossindicalismo, rejeitando a participação política formal e o envolvimento em questões religiosas e defendendo a jornada de trabalho de oito horas diárias, passa a ser predominante no movimento operário da cidade de Santos (GITAHY, 1992). Sobre essa questão, Angela de Castro Gomes (2005, p. 48) afirma que:

“O Congresso de 1906, contudo, não é situado como um acontecimento chave apenas porque suas resoluções configurariam a vitória de pontos fundamentais do ideário anarquista, demonstrando seu crescimento frente aos grupos existentes no movimento sindical da época. O significativo é que essa data assinalou um ressurgimento de ações de organização e de reivindicação entre os trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a presença dos anarquistas era fundamental. O Primeiro de Maio de 1906, as várias greves ocorridas no Rio no segundo semestre deste mesmo ano, a greve paulista de 1907, as paralisações em Santos, a formação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a publicação entre 1908 e 1909 do jornal *A Voz do Trabalhador* dão bem a idéia da força desta proposta no interior do movimento operário.”

As greves pelas oito horas de trabalho se espalham por diversas categorias profissionais da cidade. Em 1907, em assembleia geral, é criada a Federação Operária Local de Santos (FOLS), composta pelos sindicatos de pedreiros, carpinteiros, pintores, funileiros, carregadores de café e tecelões. Ligada ao anarcossindicalismo, a FOLS seria, ao lado da Internacional, responsável pela articulação de grande parte das greves que irromperam no período. O histórico de lutas e resistência reforçava o mito da “Barcelona Brasileira”, forjado nas precárias condições de trabalho, nos baixos salários, na violência da repressão e das deportações, mas também nas greves, na organização e na combatividade da classe operária local.

É preciso, no entanto, cuidado ao extrair das características econômicas da cidade e da origem e composição étnica dos trabalhadores, relações diretas com o comportamento político e ideológico da classe operária local. A presença marcante de imigrantes na formação do operariado de Santos não fez de sua classe operária

algo coeso e homogêneo ou tampouco determinou as influências ideológicas dos trabalhadores locais. A existência de diferentes entidades representativas dos trabalhadores da cidade, como a FOLS, a Internacional, a Primeiro de Maio e diversos sindicatos autônomos, assim como as distintas formas de ação utilizadas pelas categorias profissionais existentes em Santos evidenciam o caráter complexo do movimento operário santista. Entre a “ação direta” e o “reformismo”, milhares de sujeitos, trabalhadores, lutavam por condições reais e objetivas de existência.

Embora o número expressivo de imigrantes do Velho Mundo tenha, efetivamente, influenciado a configuração da classe trabalhadora santista, é necessário enfatizar que essas relações não se deram de forma mecânica ou determinista. Durante muito tempo, vigorou a tese de que havia uma correlação direta entre a maciça presença de imigrantes no Sul e Sudeste do país e a militância política e as influências ideológicas do movimento operário. Na medida, porém, que os estudos sobre o tema se aprofundaram, essa relação passou a ser vista com constante reserva. O que esses estudos sobre imigração mostraram recentemente é que a imensa maioria dos imigrantes provinha do campo, não das cidades, e, na maioria das vezes, não tinham qualquer experiência prévia de engajamento sindical ou político (Batalha, 2000). Em muitos desses estudos, a composição étnica aparece, inclusive, como entrave, como elemento mais de dissenso do que de consenso entre os trabalhadores. As rivalidades impulsionadas pelas diferentes origens étnicas e nacionalidades desagregavam ao invés de aproximar.

Em Santos, por exemplo, a nacionalidade aparecia como elemento agregador importante. Criava redes de sociabilidade e solidariedade – associações de auxílio mútuo, clubes e, posteriormente, times de futebol – que podiam garantir proteção, trabalho, moradia e lazer. Embora a convivência no universo do trabalho gerasse tensões internas às classes trabalhadoras da cidade, a nacionalidade “criava solidariedades que ultrapassavam o universo das classes e desigualdades sociais” (LANNA, 1996, p, 217).

Além dos componentes econômicos e étnicos, as distinções existentes entre trabalhadores dos setores público e privado evidenciam o caráter heterogêneo da classe trabalhadora de Santos. Em publicação de junho de 1911, o periódico operário local *O Proletário* dá mostras das especificidades das condições de trabalho das diferentes categorias profissionais da cidade. Enquanto os sindicatos da construção civil haviam assegurado o seu reconhecimento (*closed shop*) e a jornada diária de oito horas de trabalho, a situação dos trabalhadores do saneamento, ligados ao governo do estado, era descrita nos seguintes termos:

“Enquanto nas obras particulares se trabalha oito horas, lá sendo uma repartição pública os trabalhadores são forçados a trabalhar onze ou doze horas por dia. Quem conhece aquele

serviço sabe perfeitamente o quanto ele é nocivo à saúde e quanto é repugnante. Mas mais revoltante é o salário. [...] Enquanto os engenheiros e chefes recebem somas fabulosas, os trabalhadores comem um muito rude pedaço de pão de modo a não morrer de fome. São insultados pelos feitores que são canalhas. A imprensa de grande formato se desfaz em elogios a essa Comissão (de Saneamento), esquecendo-se de que esses serviços estão sendo prestados por todos que lá trabalham, vegetando na mais negra miséria.”

O fragmento acima nos proporciona elementos interessantes para a discussão da contraditória sociedade que se configurava na cidade de Santos no princípio do século. As reformas urbanas de caráter sanitaria, entoadas em verso e prosa por parte da imprensa local, são retratadas aqui sob o prisma de quem cotidianamente a tornou possível. O caminho rumo à modernidade escondia em si os tortuosos obstáculos da exploração do trabalho.

Os últimos anos da primeira década do século XX e o início da década de 1910 são anos difíceis para o operariado santista. A violenta repressão de 1908 promovida por iniciativa da Companhia Docas sobre os portuários grevistas, contando inclusive com a atuação de fuzileiros navais e tropas de infantaria e cavalaria (HONORATO, 1996), e o subsequente desemprego decorrente da crise econômica do período levaria o movimento operário da cidade a aglutinar-se na Federação Operária Local de Santos em torno dos trabalhadores da construção civil. De orientação libertária, a FOLS também entraria em declínio com a forte repressão ao movimento operário em 1913 e 1914 e com a conjuntura da Primeira Guerra Mundial que se iniciava. Entretanto, apenas esses fatores não respondem às dificuldades da classe operária santista em meados da década de 1910. Em estudo sobre os trabalhadores de Santos no entreguerras, Fernando Teixeira da Silva destaca que as divisões internas, as diferentes concepções sobre o papel dos sindicatos na sociedade e as rivalidades e disputas no campo ideológico entre a até então hegemônica corrente anarcossindicalista e os “reformistas” também tiveram um peso relevante nesse processo. Sobre os adeptos do chamado “anarcossindicalismo de ação direta”, o autor aponta que:

Por trás da aparente homogeneidade e sinonímia que envolve as denominações “sindicalismo libertário”, “anarquista” e “revolucionário” escondem-se diversas concepções que, certamente, guardam pontos em comum, mas também apresentam diferenças e engendram divisões e conflitos no movimento sindical. Muitos anarquistas privilegiavam difundir as doutrinas ácratas nos sindicatos, enquanto os reformistas proclamavam a necessidade de representação política dos operários. Já os sindicalistas revolucionários escreviam em 1919 sobre a necessidade de organização como o único meio eficaz pelo qual o operariado pode conseguir o seu *desideratum* numa sociedade nova, livre e igualitária (SILVA, 2003, p. 236).

Em 1917, quando ocorre a greve geral em São Paulo, marco do movimento sindical do país, os operários de Santos aderem e, em solidariedade, cruzam os braços, paralisando parcialmente a cidade. Entretanto, a reorganização sindical em Santos só ocorreria após o término da guerra e, em 1919, treze categorias entrariam novamente em greve. Apesar da ampla adesão à paralisação de 1919, o sindicalismo de ação direta, mais comum entre os trabalhadores da construção civil, entraria nos anos 1920 profundamente abalado. A repressão patronal e policial, as deportações e condenações de lideranças associados a um nacionalismo xenófobo que despontava no pós-guerra contribuíam para a decadência dessa forma de organização (SILVA e GITAHY, 1996).

Os rápidos e violentos processos de transformação pelos quais passava a cidade de Santos foram vivenciados com especial truculência pelas classes trabalhadoras. A combatividade operária que rendeu para a cidade a alcunha de “Barcelona Brasileira” e mais tarde de “Moscovinha” – pela influência crescente do Partido Comunista em fins dos anos 1920 – não se manifestava apenas no mundo do trabalho. Identidades se construíam na luta e no lúdico. É possível percebê-las em pequenas resistências e ações cotidianas. A disseminação do futebol como prática popular, amplamente difundida na cidade durante os anos 1910, se enquadraria nessa perspectiva.

A bola rola nos caminhos da cidade: surgimento e popularização do futebol em Santos

"Por iniciativa de um grupo de rapazes, tendo à frente o jovem Henrique Porchat de Assis (*Dick Martins*), teve lugar na Praia da Barra um *training* de *football* que foi o primeiro a ser realizado não só nesta cidade como em todo o litoral paulista. A tentativa aprovou em cheio. É um divertimento que, em se o amparando, dar-nos-á em glórias, tudo".

Com essa breve nota, publicada no dia 02 de novembro de 1902, o jornal *A Tribuna* descrevia a primeira partida de futebol de que se tem notícia na cidade de Santos.

Na transição do século XIX para o século XX, uma enorme variedade de atividades dedicadas ao lazer passa a ocupar as páginas dos dois jornais comerciais de maior circulação na cidade de Santos, *A Tribuna* e o *Diário de Santos*. Os bailes, promovidos principalmente por jovens da elite local através de sociedades carnavalescas e clubes criados nas últimas décadas do século XIX, o *footing* à beira-mar, o teatro, o cinema e práticas esportivas como o ciclismo e o remo figuravam com destaque nos periódicos locais.

Esse processo pode ser visto, por um lado, como a generalização de uma percepção de lazer como consumo do tempo livre e consolidação dos valores burgueses de fruição do tempo. Por outro lado, como um processo que parece ser para todos, mas que vai criando espaços de distinção, como indica Hobsbawm (1987) ao afirmar que a consolidação

das classes sociais e de suas identidades percorre não apenas as atividades diretamente vinculadas ao trabalho, mas também a criação de símbolos e de atividades (inclusive lúdicas) distintivas. O aparecimento dos esportes modernos na Europa foi um fenômeno tipicamente burguês da segunda metade do século XIX. Os jogos entre equipes que se confrontavam em igualdade de condições foram incorporados ao modo de viver dessa classe. Eles ultrapassaram os muros das escolas e se espalharam como manias típicas do comportamento urbano moderno. Como indica Gambeta (2013, p. 22), o “lazer esportivo virou marca de distinção para os moços da nata burguesa, os *sportsmen* das elites locais”.

O esporte que se praticava e o lugar onde se exercitava indicavam as distinções sociais que recortavam a cidade e a sociedade. Veículos sedutores de promessas libertadoras e civilizatórias, os esportes traziam em si uma concepção, embora difusa, de modernidade e progresso. O futebol na cidade de Santos, tardio em relação ao ciclismo e os esportes náuticos (VIEIRA, 2010, p. 92), guardava em si, pelo menos nos primeiros anos após sua implementação, a dimensão simbólica de atividade portadora de benefícios incontestes por ser oriundo das “mais avançadas” civilizações européias.

Codificado pelos ingleses em 1863, o futebol, em linhas gerais, pouco se modificou desde sua onda de difusão mundial ocorrida a partir de 1890. Em expressão cunhada pelo geógrafo Gilmar Mascarenhas (1999, p. 25), o futebol seria, rapidamente, o “mais duradouro, disseminado e bem-sucedido produto de exportação da Inglaterra vitoriana”, grande potência mundial do século XIX. Desnecessário seria argumentar sobre o imenso poderio da Inglaterra na segunda metade do século XIX. Essa quase onipresença da civilização britânica pelo mundo favoreceu amplamente a difusão dos esportes modernos por ela engendrados. Os milhares de ingleses que migraram para trabalhar em outros países, seja no setor de mercado interno (ferrovias, empresas de serviços urbanos), seja em fábricas ou em minas, sejam os muitos marinheiros espalhados pelos portos mundo afora, contribuíram direta (através da criação de clubes, escolas e associações) ou indiretamente (através da prática do esporte observada e, em alguns casos, copiada pelos locais) para a disseminação do *association football* (Mascarenhas, 2002, p. 40). A propagação planetária do futebol está intrinsecamente relacionada ao imperialismo inglês e à sua vasta área de influência. Surgido no seio das elitizadas instituições de ensino da Inglaterra e rapidamente popularizado pela classe operária britânica, o futebol moderno é fruto do acelerado processo de urbanização ocorrido no país no final do século XIX no contexto da Segunda Revolução Industrial. A “religião leiga da classe operária”, nas palavras de Hobsbawm (1987, p. 262), se espalhava pelo mundo. Não demoraria a marcar presença nas areias e, posteriormente, nas ruas e gramados da cidade de Santos.

Em crônica publicada em 1952 sobre a gênese do futebol santista, o jornalista Adriano Neiva da Motta e Silva, famoso sob a

alcunha *De Vaney*, nos oferece interessante abordagem sobre a percepção civilizadora que o futebol possuía para parte da juventude abastada de Santos no início do século. De Vaney descreve as reuniões que antecederam a primeira partida nas areias da Praia da Barra (hoje praia do Boqueirão) como iniciativa de Henrique Porchat de Assis, “baluarte do ciclismo” e conhecido como Dick Martins. Filho do belga Henry Porchat (militante abolicionista e um dos fundadores do Núcleo Republicano de Santos), Henrique Porchat de Assis era vereador na cidade de Santos no período.

Ainda segundo o jornalista, Dick Martins teria reunido um grupo de jovens amigos no teatro Variedades, ponto de encontro de membros da elite local. Em tom melancólico, Porchat de Assis teria dito aos presentes que Santos estaria “atrasada” em relação a São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades importantes do Brasil pelo desconhecimento do esporte bretão que seria a nova febre no planalto. A reunião, realizada na segunda quinzena de setembro de 1902, terminaria em festa regada ao *chopp* do tradicional bar Tivoli e daria início aos preparativos para a partida que seria considerada a primeira já realizada na cidade. Os presentes se comprometeram a colaborar financeiramente para a aquisição de duas bolas, compradas na cidade de São Paulo por Henrique Porchat de Assis ao valor de 15 mil réis cada. Pouco mais de um mês após a reunião inicial promovida por Dick Martins, as areias da praia da Barra na altura da capela – atual Igreja – do Embaré receberiam, no dia primeiro de novembro, o primeiro *match* de *football association* da cidade de Santos.

A trajetória pessoal de Henrique Porchat de Assis é paradigmática das intersecções existentes entre as atividades lúdicas e práticas esportivas típicas da elite santista do período. Porchat de Assis era associado ao Clube XV, entidade fundada em 1869 como dissidência da Sociedade Carnavalesca de Santos. Inicialmente dedicado exclusivamente a desfiles de carnaval e promoção de eventos sociais, o Clube XV se transforma, na década de 1890, em agremiação de caráter mais diversificado. Integrantes do clube, entre eles Porchat de Assis, fundam, em 1896, o Velo Sport Club, clube que reunia praticantes de ciclismo da cidade. Além de Henrique Porchat de Assis, outros sócios do Clube XV e do Velo Sport Club, como Quintino Ratto, Eduardo Machado e Raul Schmidt, estariam presentes ao pontapé inicial do futebol santista em 1902. Até então, os esportes náuticos concentravam as atenções de grande parte da juventude interessada em práticas esportivas. Em 1893 havia sido fundado o Clube de Regatas Santista, primeiro clube do gênero no estado de São Paulo. Pouco depois, ainda como membro do Velo Sport Club, Henrique Porchat de Assis participaria das reuniões iniciais que dariam origem ao Clube Internacional de Regatas, fundado definitivamente em 1898. O novo clube dedicado especialmente ao remo teria como seu segundo presidente (entre 1899 e 1900) um amigo pessoal de Henrique e também sócio do Clube XV, o também vereador Theodorico de Almeida.

Anos depois, Dick Martins seria não apenas o principal articulador da primeira partida de futebol realizada na cidade, mas também um dos fundadores da primeira agremiação dedicada à prática de futebol em Santos, o Clube Atlético Internacional, fundado em 1903.

Entre os pouco mais de vinte jovens presentes ao evento do dia primeiro de novembro de 1902, três eram vereadores da então quarta legislatura republicana em Santos: além dos já citados Henrique Porchat de Assis e Theodorico de Almeida, Gil de Souza Rodrigues exercia mandato legislativo no período. Outros como André Miller, Henrique Tross, Teodoro Joyce, Walter Grimditsch, Harold Cross e seu irmão Victor Cross eram associados ou membros da diretoria do Santos Athletic Club, clube fundado em 1889 por britânicos para a prática de cricket e conhecido popularmente como Clube dos Ingleses. As intersecções não param por aí e deixam claro o papel atribuído pelas elites aos esportes na “moderna” e “civilizada” cidade que surgia pelas mãos do saneamento e do urbanismo.

O desenvolvimento do ciclismo como esporte no final do século XIX, por exemplo, teve como locais privilegiados as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. Longas, largas e em linha reta (a avenida Conselheiro Nébias corta a cidade da região portuária às praias), as novas vias eram amplamente utilizadas por jovens da então chamada boa sociedade para a prática do esporte.

Remo, ciclismo, cricket e, enfim, o futebol. Na moderna cidade – concepção essa tomada de Marshall Berman (1986) como espaço formado por grandes contrastes materiais, condições de vida e pela emergência até então inédita das multidões – que se configurava, a progressiva aceitação do futebol insere-se nessa onda de adesão a uma vida supostamente sã e atlética. Chancelado pelas elites pretensamente cosmopolitas, o futebol adquire, então, outros conteúdos simbólicos. Cria-se um “casamento entre o futebol e o progresso, o futebol e a necessária modernidade” (MASCARENHAS, 2014, p. 84).

Pouco depois da realização, em 1902, da primeira partida registrada pelos veículos locais de imprensa santista, já em janeiro do ano seguinte, surgiria o primeiro time de futebol da cidade de Santos. O Clube Atlético Internacional, fundado oficialmente em 06 de janeiro de 1903, surgiu por iniciativa de Henrique Porchat de Assis e de sócios do Clube XV e Velo Sport Club. O pioneiro clube contava em seus quadros iniciais com jovens estrangeiros ou filhos de imigrantes, quase todos eles britânicos. Vários deles, já citados, eram associados ao Santos Athletic Club, entidade que mais tarde, em fins da década de 1900, teria seu próprio time de futebol. A escalação da equipe na primeira partida realizada pelo Internacional contra uma equipe paulistana – combinado que reunia jogadores principalmente do C.A. Ypiranga – indica essa tendência. O Internacional entrou em campo no dia 15 de março de 1903 com: J. Thompson, Walter Grimditsch e Trail; André Miller, Joyce e Cox; Charles Murray, Victor Cross, Marsland, Lloyd e Harold Cross.

O Internacional foi também responsável pelo surgimento do primeiro campo de futebol da cidade. Em nota publicada no dia 15 de fevereiro de 1903, o jornal *Diário de Santos* informa que:

“um amplo terreno na Avenida Ana Costa, de posse dos Lima, foi arrendado por Henrique Porchat de Assis para ser utilizado como campo de futebol. O espaço será utilizado para as atividades do Clube Atlético Internacional, fundado no início do presente ano e o contrato contou com a adesão dos consócios da agremiação”

Durante pouco mais de uma década, o campo de futebol da Avenida Ana Costa, localizado na região da Vila Mathias (no local onde hoje está a Igreja Imaculado Coração de Maria), seria o principal palco de eventos futebolísticos na cidade.

Em cada cidade, os primeiros praticantes do futebol buscavam superar o isolamento e incentivar a adesão de novos praticantes. Em Santos, o surgimento de uma segunda equipe não tardou a acontecer. Em 22 de maio de 1903, o jornal *A Tribuna* noticiava a fundação, ocorrida no dia anterior, do Sport Club Americano. Sem entrar em maiores detalhes, o periódico indica que o novo clube provinha de uma cisão entre integrantes do até então único clube da cidade, o Internacional. A reunião de fundação foi realizada na casa do então presidente da Câmara Municipal de Santos, Américo Martins dos Santos, por iniciativa de seu filho, Américo Martins Junior.

Surgia o primeiro *derby* santista: Clube Atlético Internacional X Sport Club Americano.

Os pioneiros do futebol de Santos teriam vida marcante, porém breve. Ambos participariam, a partir de seletivas disputadas já em 1904 pelo Internacional, os campeonatos paulistas promovidos pela Liga Paulista de Futebol durante a década de 1900. O Internacional permaneceria em atividade até 1910. O Americano, após participações destacadas no torneio estadual – o clube foi vice-campeão nos anos de 1910 e 1911 – transferiria sua sede para a cidade de São Paulo em fins de 1911, sendo campeão paulista nos dois anos subseqüentes antes do término definitivo de suas atividades em 1916.

A transferência do Sport Club Americano para São Paulo acabaria sendo decisiva para os rumos do futebol santista e para a fundação do clube que rapidamente se tornaria o mais popular da cidade. A cisão provocada pela decisão de parte dos associados de levar o clube para o planalto provocou o surgimento, em 1912, do Santos Futebol Clube.

A fundação de uma nova agremiação na cidade havia sido prenunciada na imprensa local através de anúncio publicado em *O Diário de Santos* no dia 09 de abril de 1902. Segundo a nota:

“vários *sportsmen* desta cidade estão empenhados em organizar um poderoso club de football. É já sensível entre nós a ausência de um bom clube dedicado ao bello Sport de football. Acreditamos que o novo clube venha preencher essa lacuna.”

Antes mesmo de sua fundação, o novo clube já possuía um vasto espaço à sua disposição. O mesmo anúncio do dia 09 de abril anunciava a concessão de “esplêndido terreno de propriedade de José Domingues Martins, à Rua Aguiar de Andrade, no Macuco”.

O surgimento do Santos Futebol Clube seria verdadeiro ponto de inflexão no processo de disseminação e popularização do esporte na cidade de Santos. Por um lado, fundado e dirigido por elementos do alto comércio local. Por outro lado, seguido de perto por profissionais liberais, empregados do comércio, estudantes e trabalhadores de diversos segmentos.

Vejam alguns exemplos: José Domingues Martins, dono do terreno concedido ao clube no bairro do Macuco, era comissário de café, havia sido presidente da Associação Comercial de Santos, vereador e presidente da Câmara Municipal de Santos nos últimos anos da década de 1900. Sizino Collatino Martins Patusca, aclamado como primeiro presidente do clube após sua fundação definitiva ocorrida no dia 14 de abril de 1912, era filho de um dos fundadores da Associação Comercial de Santos, Manuel José Martins Patusca. Sizino, que também havia sido presidente do Clube Éden Santista, dissidência do Clube XV e voltado para atividades culturais e carnavalescas, era um dos diretores da Patusca & Filho, empresa do ramo de sal sediada na Praça dos Andradas, centro da cidade. Sizino havia sido também, uma década antes, um dos fundadores do Sport Club Americano. Antonio Iguatemi Martins Júnior, um dos fundadores, era filho de Antonio Iguatemi Martins, presidente da Associação Comercial e da Câmara Municipal de Santos nos últimos anos do século XIX. Ele próprio seria prefeito de Santos na segunda metade da década de 1930. A edição do jornal *A Tribuna* do dia 15 de abril de 1912, dia seguinte ao ato de fundação do clube, enfatizava que “acaba de ser fundado nesta cidade um clube de *football* destinado, por certo, a uma vida longa e plena de vitórias, para o que conta com os melhores elementos desta terra”.

Se, por um lado, os fundadores e primeiros dirigentes do clube estavam majoritariamente vinculados ao grande comércio e/ou à política local, por outro lado, os seus primeiros sócios apresentavam características distintas. A análise das listas de sócios nos primeiros cinco anos da história do clube – disponíveis para consulta na sede do clube – indicam o predomínio de jovens – as fichas de filiação não apresentam data de nascimento, mas quase todos eram solteiros – empregados do comércio e do setor de transportes. Alguns poucos estudantes e profissionais liberais como professores e médicos e muitos trabalhadores de atividades vinculadas essencialmente ao porto e/ou café, quase todos eles moradores da região central da cidade e adjacências já ocupadas – como a Vila Mathias e o Macuco –, nessa época, por trabalhadores de baixa renda.

O futebol ia ganhando novos adeptos, rompendo barreiras de classe e se espalhando pelos quatro cantos da cidade. O pequeno surto do início do século se tornaria epidemia na década de 1910.

Apenas em 1913, outros quatro clubes dedicados ao futebol são fundados na cidade: Clube Atlético Santista, Brasil Futebol Clube, América Football Club e Clube Atlético Edu Chaves. Eles se somariam ao recém fundado Santos Futebol Clube e ao Santos Athletic Club (Clube dos Ingleses), clube de criado em 1889 inicialmente para a prática de cricket e para atividades culturais da colônia britânica local. O ritmo seria mantido em 1914, com o surgimento da Associação Atlética Americana (fundada por iniciativa de Raymundo Marques após cisão entre fundadores e primeiros dirigentes do Santos F.C.), Associação Atlética Aliança, Chantecler (de São Vicente, município vizinho a Santos), São Paulo Railway, Atlas-Flamengo e Hespanha Football Club, hoje conhecido como Jabaquara Atlético Clube. A profusão de equipes permanece nos anos seguintes: Vera Cruz Futebol Clube (1915), Síria Futebol Clube (1915), Clube Atlético Luzitano (1915), Libertário Futebol Clube (1916), São Bento Futebol Clube (1916), XV de Novembro Futebol Clube (1916), Associação Atlética Internacional (1917), Associação Atlética Portuguesa (1917), União Fluminense (1918), Tecelagem Futebol Clube (1918) e Palestra Itália (1919) formariam amplo espectro de quadros futebolísticos na cidade durante a década de 1910.

Cumpra aqui salientar o que nos interessa efetivamente ao analisar a difusão e popularização do futebol na cidade de Santos: de que forma a disseminação de sua prática, especialmente entre elementos da classe trabalhadora, produziu novos lugares e novas formas de se relacionar com a cidade? De que forma a apropriação do antes elitizado esporte contribuiu para o surgimento de uma nova espacialidade e de novas formas de sociabilidade no espaço urbano?

Alguns estudos, como o de Fátima Antunes (1992), já se debruçaram sobre a inicial negação do futebol – prática considerada “imperialista” e responsável pela “alienação” do trabalhador – por anarquistas e comunistas e a sua progressiva aceitação e incorporação aos programas culturais associados à militância. Embora escassas, as referências encontradas na imprensa de origem operária, indicam essa tendência na cidade de Santos. Em breve nota publicada no dia 25 de junho de 1912, o jornal *O Proletário*, periódico ligado principalmente aos trabalhadores da construção civil anunciava que:

“o perigo representado pela prática burguesa do futebol reside no roubo de suas forças, no deslocamento de suas energias para o confronto contra outros trabalhadores”

O “perigo” representado pelo futebol continuaria preocupando parte dos dirigentes sindicais nos anos seguintes. Em artigo sobre a Federação Operária Local de Santos publicado no jornal carioca *A Voz*

do Trabalhador em abril de 1914 por Serafim Soler, membro e dirigente da FOLS, a posição sobre o “esporte bretão” se confirma:

“embora seja inegável o interesse que o *foot-ball* possui entre os trabalhadores, não podemos deixar de considerar que o momento de perdas e dificuldades exige dedicação absoluta. As distrações e as rivalidades estimuladas entre trabalhadores devem ser evitadas”.

A crítica não era incomum. Em passagem do jornal *A Plebe* do final dos anos 1910 citada por Maria Auxiliadora Decca (1987, p. 119), enfatizava-se que:

“atualmente, são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política. Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos. Nos campos de futebol, os operários de ambos os sexos tornam-se aficionados e torcedores e brutalizam-se a ponto de só viverem discutindo entre os seus companheiros os lances e proezas dos campeões”

A visão do futebol como ópio por parte de certos dirigentes operários contrastava com a ampla adesão de trabalhadores ao esporte. Embora visto de forma recorrente como meio de submissão da classe operária aos interesses do patronato e como veículo de conformação dos trabalhadores à lógica industrial – no sentido de imbuir o trabalhador de senso de coletividade, de disciplina, de hierarquia, de competitividade e de valorização do tempo – é importante enfatizar que, a despeito de eventuais interesses empresariais, o futebol representa parte fundamental das experiências de sujeitos envolvidos em complexa teia de relações de poder. A difusão do futebol como prática popular se insere de forma indissociável na própria formação da classe trabalhadora santista.

Na ainda preliminar pesquisa sobre as primeiras equipes de futebol da cidade de Santos fundadas em meados dos anos 1910, dois aspectos precisam ser ressaltados: a origem popular de alguns desses clubes e o profundo recorte de nacionalidade existente entre eles.

Começaremos pelo segundo aspecto. A primeira partida oficial realizada pelo então recém-fundado Santos Football-Club foi descrita nesses termos pelo jornal *Diário de Santos* no dia 16 de setembro de 1912:

“em redor do field, achavam-se as mais distintas famílias inglesas e brasileiras. Comentava-se a quem caberia a victoria, uns opinavam pelos ingleses, outros pelos brasileiros.”

A peleja, vencida por 3X2 pelos “brasileiros” contra o chamado “Clube dos Ingleses”, indica uma tendência que permaneceria forte nos

anos subseqüentes. O grande número de imigrantes e de estrangeiros residentes em Santos contribuiria decisivamente para a rápida popularização do futebol local. Todas as nacionalidades de maior representação na cidade possuíram o seu correspondente clube de futebol – em alguns casos, mais de um. Alguns clubes, como o Hespanha Football-Club e a Associação Atlética Portuguesa deixavam claro, já em suas atas de fundação, o objetivo de criar times de futebol que representassem, respectivamente, a colônia espanhola e a colônia portuguesa. As fundações de Luzitano, Síria e Palestra Itália, embora de análise limitada pela escassez documental, parecem caminhar na mesma direção.

Assim como as anteriormente citadas associações de classe e de auxílio mútuo, os clubes de futebol vão, progressivamente, fortalecendo laços de solidariedade social caracterizados pelo reforço da idéia de pertencimento a uma mesma origem comum, no caso representado pela concepção de nacionalidade. Richard Giulianotti (2010), ao discutir o significado do jogo de futebol a partir da concepção de solidariedade social, aponta que a vida moderna tende a quebrar a idéia de comunidade. A industrialização, a urbanização, a mobilidade social e geográfica e as divisões mais complexas de trabalho desintegram a vida comunitária e as identidades sociais estabelecidas. Todavia, o esporte pode “restaurar muito esse dano social, intensificando os vínculos culturais e a integração social de diferentes indivíduos dentro das sociedades modernas” (GIULIANOTTI, 2010, p. 31).

A formação de clubes de futebol – notadamente caracterizada por recortes de classe, ou de nacionalidade (de ambos, em alguns casos) – e a associação crescente e voluntária de torcedores ajudavam a equilibrar sentimentos de atomização em uma cidade em acelerado crescimento e intenso processo de segregação espacial a partir de um determinado modelo de urbanização.

O primeiro aspecto, a origem popular de alguns clubes, é menos óbvio e requer cuidadosa observação de informações quase sempre fragmentadas. Se por um lado, agremiações como Santos Futebol Clube, Associação Atlética Americana, Clube Atlético Santista e Brasil Futebol Clube apresentavam entre seus fundadores representantes do grande comércio local, funcionários graduados de grandes empresas como a Companhia Docas e membros da elite política local, algumas outras equipes dedicadas ao futebol surgiram de setores médios e mais modestos da população local.

A edição comemorativa, publicada em janeiro de 1939, do jornal *A Tribuna* em virtude do centenário da elevação de Santos à categoria de município nos traz alguns dados importantes. Em reportagem sobre as primeiras décadas do futebol em Santos, o periódico cita a fundação do Hespanha Football-Club como “obra de abnegados jornalheiros de origem espanhola”. Em estudo recente sobre imigração europeia na Santos da *Belle Époque*, Marília Canóvas (2017) nos oferece importante contribuição sobre uso do termo. Segundo ela:

“O sentido semântico que os censos atribuem ao termo “jornaleiro” não se refere unicamente às formas de percepção do salário, refletindo, por outro lado, a questão da instabilidade do emprego. Daí, os censos incluírem na categoria de jornaleiros nas cidades a todos os trabalhadores sem um ofício preciso, cujos afazeres cotidianos se movam, no decorrer do ano, em âmbitos muito distintos: servente de pedreiro, biscateiro, mensageiro pedinte. A categoria “jornaleiro” passou a acomodar a complexa realidade de populações que por vezes tangenciavam a miséria absoluta” (CÁNOVAS, 2017, p. 156).

O bairro conhecido como Jabaquara – onde a agremiação foi fundada –, caracterizado pelo pequeno comércio e pela presença expressiva de trabalhadores braçais a serviço de Companhia Docas ou Companhia City, tinha na exploração da pedreira existente nos arredores da Santa Casa de Santos a sua atividade econômica fundamental. Nessa época, o serviço de exploração das pedreiras na região estava sendo disputada judicialmente pelas duas grandes empresas em questão (HONORATO, 1996, p. 82). Poucos anos depois, em meados da década de 1920, o clube se transferiu para o bairro operário do Macuco, próximo ao cais do porto, onde teria seu primeiro estádio, nomeado a partir do proprietário do terreno e simpatizante do clube, Almino Alonso.

Pouco depois, em 1917, surge a Associação Atlética Portuguesa. A mesma edição de *A Tribuna* apresenta o surgimento do clube como fruto de iniciativa de “canteiros portugueses da pedreira do bairro do Jabaquara, desejosos em criar um clube de colônia como espanhóis, ingleses e sírios já haviam feito”. Em publicações de origem operária como *O Proletário* e *O Dois de Fevereiro*, as referências aos “canteiros” dão conta de trabalhadores da construção civil, geralmente trabalhadores braçais. Na ata de fundação, realizada em barbearia do português Alexandre Coelho, constam os nomes de pequenos comerciantes, como donos de mercearias, e de quatro trabalhadores da Companhia Docas, possivelmente os canteiros citados na reportagem.

As referências a outros clubes do período são bastante restritas e o caráter efêmero de tais agremiações dificulta o acesso a acervos documentais. No entanto, as esparsas citações nos dão indicações interessantes. O jornal *O Diário de Santos*, em edição de outubro de 1917, faz referência ao Atlas-Flamengo como agremiação criada por “trabalhadores da construção”. Anos depois, no início da década de 1940, o jornalista Perilo Prado, em retrospectiva sobre o futebol santista publicada pelo jornal *A Tribuna*, afirmava que os fundadores do Atlas-Flamengo eram trabalhadores que “davam duro nos canteiros de obra”. Na ata de fundação do clube, único documento oficial encontrado até o momento – disponível no Arquivo Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos –, foi possível identificar os nomes de Manoel Fernandes Scala e Luis Scala, ambos presentes em listas de filiação da Federação Operária Local de Santos (SILVA, 2003, p. 158). O clube,

sediado no bairro do Macuco, ocupado predominantemente por trabalhadores do cais e da construção civil, ficou em atividade até fins da década de 1920. Outro exemplo de clube localizado no Macuco foi o América Futebol Clube. Fundado em 1913, o América surgiu por iniciativa de trabalhadores do setor de transportes ligados ao porto, muitos deles empregados da Companhia Docas. As listas de filiação ao clube indicavam ainda quantidade expressiva de trabalhadores caracterizados como “operários” da Companhia Docas. Segundo registros da empresa, as seguintes ocupações/profissões designavam os “operários” contratados pela empresa: ferreiros, serralheiros, maquinistas, foguistas, carpinteiros, britadores, pedreiros e caldeireiros. O clube daria origem, na segunda metade da década de 1920, à Associação dos Portuários de Santos, agremiação ainda em atividade.

Embora escassas, as fontes indicam a difusão e penetração do futebol por todos os poros da sociedade santista. Uma febre a invadir ruas, terrenos baldios, pequenos campinhos e os primeiros estádios.

Na cidade que se formava, bairro a bairro, a expansão do futebol exigia novos espaços e edificações que comportassem o seu crescimento. O surgimento e conseqüente expansão dos estádios, elemento fundamental da conversão do futebol em espetáculo esportivo, reflete a ação combinada de empresários e do poder público. O brilho do campo de jogo ofuscava as nebulosas relações entre setor público e setor privado na reorganização espacial da cidade.

O ano de 1912 é fundamental para a análise das transformações ocorridas em Santos nos anos e décadas subseqüentes. A tênue linha divisória entre público e privado encontraria no futebol em expansão um de seus elementos fundamentais.

No campo esportivo, a fundação do Santos Futebol Clube, em meados de abril. No campo empresarial, curiosamente no mesmo mês de abril, a fundação da Companhia Construtora de Santos.

De um lado, o surgimento do clube que representaria o ponto de inflexão na direção do processo de popularização do futebol na cidade. De outro, o surgimento da empresa que seria responsável por profundas mudanças no espaço urbano santista, reorganizando a paisagem, criando novos bairros e, conseqüentemente, alterando padrões de sociabilidade e modos de viver.

Fundada pelo engenheiro Roberto Cochrane Simonsen, formado pela Escola Politécnica de São Paulo, a Companhia Construtora de Santos logo se tornaria um exemplo de organização empresarial que, através de seus estreitos vínculos com o estado, crescia vertiginosamente. A trajetória familiar e profissional de Simonsen não pode ser desprezada na análise da empresa que se formava. Roberto era neto de Ignácio Wallace da Gama Cochrane, engenheiro fiscal da construção da ferrovia Santos-Jundiaí e fundador da Companhia de Melhoramentos de Santos, mais tarde adquirida pela The City Improvements Company, empresa por sua vez responsável pela

exploração de serviços públicos como abastecimento de água, iluminação e transportes. Após o término da faculdade, Roberto Simonsen volta a Santos em 1909 e rapidamente se torna diretor-geral e engenheiro-chefe da Companhia de Melhoramentos (GITAHY, 1997). Em 1912, é responsável pela fundação da Companhia Construtora de Santos, sendo o sócio majoritário e diretor-superintendente.

As relações entre Simonsen e a administração pública local não se esgotavam no fato do mesmo ter sido funcionário da Prefeitura nos anos anteriores à fundação da empresa. Coraly Gará Caetano (1994, p. 29) afirma que:

“observando os estatutos da Cia. Construtora de Santos, é possível verificar que a criação desta empresa contou com o apoio e favores dos poderes públicos. Segundo a Lei Orgânica dos Municípios, lei 1.038, foi concedida a primazia por cinquenta anos para esta empresa dirigir as obras públicas, com a isenção de impostos industriais, prediais e profissionais. Não sendo preciso, ainda, a abertura de concorrência pública. Estes privilégios permitiram inferir que, neste caso, o poder público colaborou diretamente na implantação da grande indústria na cidade e, em especial, para o crescimento da empresa de Simonsen.”

O “apoio” citado no texto encontra ressonância na íntima relação existente entre Simonsen e o então prefeito, Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva. Belmiro, prefeito municipal entre 1910 e 1914 e novamente entre 1917 e 1920, era um dos acionistas da recém-criada Companhia Construtora de Santos. A proximidade permaneceria nos anos vindouros. A Companhia Construtora de Santos, agora atuando sob a denominação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, seria responsável pela construção do bairro que eternizaria o seu nome, a Vila Belmiro, e pelo estádio do Santos Futebol Clube que, embora leve o nome de Urbano Caldeira, é mundialmente famoso pela denominação de seu bairro de origem.

A empresa de Simonsen, beneficiando-se das relações com o poder público, crescia e expandia suas funções rapidamente. Já em 1913, a Companhia dispunha de 70 engenheiros e 18 mil empregados (SILVA e GITAHY, 1996, p. 95). Com uma estrutura desse porte, a empresa passou a atuar em áreas bastante diversas no setor de construção: obras diretamente relacionadas à urbanização, como arruamento, calçamento e abastecimento de água; edificação de prédios públicos, residências populares, armazéns, igrejas e praças esportivas.

A posição destacada da empresa no setor e a rápida ampliação de suas atividades na cidade encontravam no organizado movimento operário da construção civil o seu contraponto. O até então consolidado controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores qualificados, os “artistas”, encontrou na Companhia de Simonsen um adversário capaz de redefinir os termos do confronto capital/trabalho. Exemplo disso é a inflexibilidade da empresa diante da greve dos canteiros de 1913.

Vitoriosa em todas as pedreiras de Santos, a greve foi duramente reprimida pelas forças policiais nas regiões sob controle da Companhia Construtora de Santos, provocando a prisão de 75 trabalhadores e o estabelecimento de estado de sítio na cidade (SILVA, 2003). Sobre esse contexto, Silva e Gitahy (1996, p. 119) afirmam:

“A força do movimento operário dos trabalhadores da construção civil durante a *belle époque* residia no controle do mercado de trabalho pelas suas organizações. Para trabalhar, os “artistas” atestavam a sua condição de membros da Federação Operária Local de Santos que, desde 1912, reunia todos os sindicatos operários da cidade. Foi esta legitimidade, crucial nos momentos de greve, que os grandes construtores buscaram destruir na conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Observava-se no setor, até então, uma união dos trabalhadores, concretizada pela existência da *closed shop* e, por outro lado, uma nítida divisão no interior do campo patronal. Os grandes construtores, via de regra, mostravam-se mais inflexíveis às reivindicações de seus empregados e, durante as greves, utilizavam os recursos do *lock-out*, das demissões e da repressão policial. Os pequenos mestres de obras, por sua vez, revelavam-se mais sensíveis aos acordos com os trabalhadores. Foi essa situação que Roberto Simonsen encontrou no momento da criação da Companhia Construtora de Santos, procurando revertê-la.”

Em uma cidade em formação e transformação, marcada pelos intensos conflitos entre capital e trabalho e por acentuado processo de segregação sócio-espacial, o futebol se traduzia em experiência cultural compartilhada, complexa, contraditória como o espaço urbano que o abrigava.

A inserção efetiva de Simonsen no campo de jogo não tardaria a acontecer. Novamente, as trajetórias da Companhia Construtora de Santos e do Santos Futebol Clube se cruzariam.

Em abril de 1915, três anos após a sua fundação, o então presidente do Santos Futebol Clube, Agnello Cícero de Oliveira, solicitou a formação de uma comissão de sócios do clube tendo em vista a “necessidade urgente da construção de um campo de football com todas as acomodações e instalações que se fazem precisar aos nossos jogadores e aos nossos apreciadores.”

O primeiro terreno analisado pela comissão era de propriedade de Oswaldo Sampaio, negociante do ramo de café. Localizado na região conhecida na época como Campo Grande, o espaço encontrava-se, nas palavras dos sócios e membros da comissão Luiz Suplicy e Sebastião Arantes, “edificada com pequenas casas de madeira”, o que poderia trazer ao clube, caso o negócio fosse concretizado, “grande prejuízo além do custo para desalojar os indivíduos do terreno”. Apesar das pendências referentes ao espaço, o negócio, no início de 1916, era dado como certo por diversos membros da administração do clube. A situação se modificaria quando, em abril, curiosamente na data do

aniversário de quatro anos da agremiação, Luiz Suplicy comunica à diretoria que a Companhia Construtora de Santos – através de sua subsidiária Companhia Santista de Habitações Econômicas – propõe ao clube fornecer um campo completo, vendendo-o em prestações mensais. (PIERIN, 2011, p. 75) Pouco mais de um mês depois do comunicado, o vice-presidente Álvaro de Oliveira Ribeiro informa aos sócios em reunião extraordinária as seguintes considerações sobre as possibilidades aventadas pela diretoria sobre a compra de um terreno para a construção de um campo de jogo. O documento abaixo é parte da ata da reunião e encontra-se disponível no centro de documentação localizado na atual sede do clube:

“Valor do terreno da Construtora (Cia. Santista de Habitações Econômicas): 72:000\$000, com 16.000 metros quadrados. Valor do terreno de Oswaldo Sampaio: 40:000\$000, com 18.000 metros quadrados. A venda do terreno de Oswaldo Sampaio depende da anuência dos condôminos – venda sujeita a embargos do condômino que não estiver de acordo. Construtora: O campo será entregue dentro de quatro meses no máximo. Oswaldo: Necessita seis meses para despedir os inquilinos, podendo ainda segundo informa o advogado do mesmo, haver desmenda do inquilino, o que demoraria a questão. O terreno da Construtora é alto, setenta centímetros acima no nível da rua, com luz elétrica, água e esgotos, bonde e bairro familiar. O de Oswaldo por sanear e para conseguir o saneamento é necessário abrir valas, sem esgotos, sem luz e bonde muito distante. Construtora: paga -se o terreno em dez anos em prestações mensais de novecentos mil réis e juros de 8% a 10% ao ano. O terreno de Oswaldo só terá valor de quarenta contos durante dois anos. Daí em diante será a vontade do mesmo. A opção dará lugar caso o terreno nessa ocasião esteja valorizado e o sr. Oswaldo não sujeitar -se a aceitar o preço combinado e pagar ao clube a importância dispendida na construção das benfeitorias: caso não se possa comprar o campo, o clube terá de pagar (...) 50 anos a quantia de quinhentos mil réis mensais o que importa em dezoito contos de réis. A Construtora ainda empresta ao clube a quantia de trinta contos de réis com juros de 12% ao ano, pagando em cinco anos e em prestações mensais, para a construção das benfeitorias. Com o sr. Oswaldo não se tem onde haver essa quantia devido as condições atuais da Praça e ao clube, sem fundo de reserva, o que deixará problemática a construção de arquibancadas etc, e até o fim do ano corrente onde será disputado o campeonato? Com a Construtora, com os três primeiros anos, o clube terá gasto a importância de cinquenta e sete contos de réis. Com o sr. Oswaldo, o clube, nos três primeiros anos, terá de arranjar a quantia de quarenta contos de réis para a compra do campo, mais trinta contos para pagamento das benfeitorias, e, mais doze contos dos aluguéis dos campos, o que soma oitenta e dois contos de réis.”

Em menos de duas semanas, no dia 10 de junho de 1916, o presidente Agnello Cícero de Oliveira encerrou as negociações e assinou contrato de compra do terreno e construção do campo de jogo –

incluindo aterro, colocação de gramado e ligação com a rede de esgoto e saneamento – com a Companhia Santista de Habitações Econômicas.

As negociações entre Santos Futebol Clube e a empresa de Simonsen revelam aspectos interessantes do processo de configuração do espaço urbano santista.

A construção de habitações populares em uma cidade caracterizada por crescimento populacional vertiginoso era tema amplamente discutido desde fins do século XIX. Saturnino de Brito, por exemplo, em texto de 1909 já propunha para Santos a construção de “lares operários destinados às famílias pobres”, tendo por objetivos a melhoria das condições de salubridade e o conseqüente combate às epidemias e o “estabelecimento de uma nova ordem moral e social pela elevação correlata dos sentimentos e conduta do proletariado”. (BRITO, 1943, p. 155-56 e p. 162) Na mesma obra, Saturnino indica inclusive as especificações que as moradias populares, destinadas aos trabalhadores, deveriam ter: quarto, cozinha, quintal, gabinete e precisariam ser bem ventilados e servidos por rede de esgoto. Na pedagogia sanitaria de Brito, a conservação da casa e da vida em família seria o lugar primordial de formação de um novo e bom trabalhador.

Na primeira metade da década de 1910, o tema volta à baila por ocasião da fundação da Companhia Construtora de Santos em 1912 e pela criação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, em 1914. Esta última, envolvida diretamente na construção do campo de jogo do Santos Futebol Clube, surgiu, segunda consta do contrato então firmado com a municipalidade, “com o objetivo de construção e revenda de lotes urbanos e construção e exploração de habitações operárias”. A Companhia, no entanto, após três anos de contrato – em 1917, portanto – havia construído apenas quatro das quinhentas moradias operárias previstas no acordo com a administração municipal (LANNA, 1996, p. 129). O período coincide com a proposta feita pela empresa ao Santos Futebol Clube para a construção de uma praça esportiva na mesma Vila Operária, posteriormente denominada Vila Belmiro, que deveria ter recebido as habitações destinadas à classe trabalhadora.

Nas palavras de um de seus diretores, em passagem citada por Lanna (1996), a Companhia afirma ter desistido da construção de habitações populares no local devido ao fato de o capital empregado não ter “justa remuneração”.

O traçado das linhas de bonde e dos canais de saneamento dos projetos de Saturnino de Brito ia definindo a paisagem dos bairros explorados, loteados e comercializados pela empresa de Simonsen. A ocupação dos novos bairros respondia à lógica de mercado aplicada à habitação. No lugar de moradias populares, confortáveis casas com jardins sendo ocupadas, ainda nas palavras do diretor da Companhia citado anteriormente, por “operários de casaca”, típicos elementos da classe média. De um lado, a classe trabalhadora vai sendo empurrada

para as adjacências da região central e para os morros, espaços desprovidos, em larga medida, das benesses das reformas urbanas e das obras de saneamento. De outro lado, a expansão do capital privado, articulado ao poder público, na exploração e loteamento dos novos bairros que surgiam.

As relações da Companhia com o futebol continuariam estreitas. No início da década de 1920, a empresa seria a responsável pela construção da praça esportiva da Associação Atlética Americana, também no bairro da Vila Belmiro. Em reportagem publicada no dia 15 de março de 1925, o jornal *A Tribuna* relata as festividades de inauguração e afirma:

“Confiada à Companhia Santista de Habitações Econômicas a respectiva construção, o campo da Americana oferece, logo ao primeiro golpe de vista de seu visitante, a mais agradável impressão, pela sua beleza, conforto e segurança, o que vem demonstrar que a empresa a quem foi confiado o trabalho soube desempenhar-se de modo a satisfazer as exigências do esporte. (...) A nova praça de esportes está situada à Rua D. Pedro I, n. 50, em Vila Belmiro, e ocupa uma área de terreno de 130 metros por 97, sendo as seguintes as dimensões do campo: 109,60 metros de comprimento por 72,12 de largura. A arquibancada mede cerca de 40 metros, dispondo, também, de casa para mordomo, botequins para arquibancadas e para gerais, dos vestiários, com alojamentos indispensáveis para 66 jogadores, pavilhão para a imprensa, bilheterias e outras dependências.”

As poucas informações existentes no diminuto acervo do clube, atualmente restrito a uma pequena sede social localizada no bairro do Gonzaga, sobre o contrato estabelecido com a Companhia Santista de Habitações Econômicas indicam semelhanças com a operação realizada anos antes nas negociações da empresa com o Santos Futebol Clube. A Americana, hoje restrita a uma pequena sede social (o campo de jogo não existe desde o início dos anos 1950), firmou contrato com a empresa de Simonsen em que esta se comprometia a “fazer o aterro e realizar obras de construção das dependências da praça esportiva” do terreno localizado no bairro que, no período, já era conhecido como Vila Belmiro.

A ampliação dos campos de jogo e a ocupação de espaços urbanos pelo futebol indicam a apropriação da prática por setores sociais mais diversificados. Essa constatação, no entanto, deve ser vista com cuidado. Embora relevante, a popularização do futebol precisa ser entendida dentro de seus limites, limites esses impostos pela lógica do capital aplicada ao controle dos espaços.

Se a disseminação de praças esportivas dedicadas à prática do futebol nas décadas de 1910 e 1920 teve nas iniciativas de Roberto Simonsen um de seus vetores, ela não se restringiu às suas ações.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a Companhia Docas de Santos, como discutido no início do artigo, exercia forte controle sobre diversas atividades econômicas na cidade, extrapolando as funções meramente portuárias e explorando setores como pedreiras e serviços urbanos. Um de seus diretores e, posteriormente, superintendente, teve papel fundamental na compreensão das relações entre os processos de loteamentos urbanos que caracterizaram a cidade no período e a disseminação do futebol.

Ulrico de Souza Mursa, natural de Niterói, foi um engenheiro civil especializado em hidráulica, fundador e funcionário de carreira da Companhia Docas de Santos. Durante a juventude, Ulrico Mursa estudou engenharia em três universidades alemãs – Karlsruhe, Hannover e Braunschweig. Na volta, com pouco menos de 30 anos de idade, participou da construção e modernização do porto de Santos, tornando-se rapidamente superintendente da empresa. A década de 1890, justamente a primeira de Mursa como diretor da Docas, marca o início dos loteamentos visando a ocupação de espaços fora do perímetro da região central da cidade de Santos. Como já abordado anteriormente, à expansão da rede de transportes urbanos, os loteamentos eram explorados pela iniciativa privada, muitos deles comprados por uma crescente camada de servidores públicos, negociantes ou funcionários qualificados dos quadros da Companhia Docas (HONORATO, 1997, p. 88). Ulrico Mursa se encaixava nesse perfil: segundo documentos da Prefeitura Municipal de Santos, o então superintendente adquiriu terrenos em cinco regiões da cidade, algumas ainda não caracterizadas como bairros. A localização exata desses terrenos não está especificada, exceção feita a um terreno no bairro do Paquetá.

O terreno de Mursa no Paquetá deu início ao seu vínculo mais estreito com o futebol. Em 1914, o engenheiro firmou contrato de cessão do espaço ao Brasil Futebol Clube – clube criado por funcionários da Companhia Docas –, fundado no ano anterior. O clube recém-criado construiu ali seu primeiro campo de jogo, utilizado até o princípio da década seguinte. Poucos anos depois, Ulrico Mursa seria também responsável pela concessão do terreno que hoje recebe estádio com seu nome. Nas proximidades da Santa Casa de Santos, o espaço cedido por Mursa em 1918 seria utilizado para a instalação do campo da Associação Atlética Portuguesa. Nos poucos documentos existentes sobre a concessão – acessíveis no acervo mantido pela Fundação Arquivo e Memória de Santos em seu Arquivo Permanente –, existe a indicação de que Mursa pretendia “proporcionar lazer para os habitantes da cidade, em especial os de origem portuguesa”.

Os tentáculos da Companhia Docas e os canteiros de obras da Companhia Construtora de Santos, direta e indiretamente, se espalhavam pelos quatro cantos da cidade. O futebol, em franca expansão, não passaria incólume por esse processo. Prática social e cultural fundamental na compreensão das tensões entre capital e

trabalho, o futebol constituiu elemento primordial de articulação na disputa pelos sentidos da cidade.

Referências

ÁLVARO, Guilherme. *A Campanha Sanitária de Santos: suas causas e seus efeitos*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat, 1919.

ANDRADE, C.R.M. de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação (mestrado) – FAU USP, São Paulo.

ANDRADE, W.T. *O discurso do Progresso: a evolução urbana de Santos (1888 – 1930)*. 1989. Tese (doutorado) – FFLCH USP, São Paulo.

_____. Santos: urbanismo na época do café (1889 -1930). In: Pereira, Maria Aparecida Franco Pereira (org.). *Café, Santos & Historia*. Santos: Leopoldianum, 1995. p.89 -106.

ANTUNES, Fátima Martin. *Futebol de fábrica em São Paulo*. 1992. Dissertação (mestrado), FFLCH, USP, São Paulo.

BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDINI, Sidney. *Os planos da cidade: as políticas de intervenção urbana em Santos*. 2003. Dissertação (mestrado) – FAU USP, São Paulo.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Santos”. In: *Obras Completas de Saturnino de Brito*, Vol. VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

CAETANO, Coraly Gará. *Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes*. 1994. Tese (doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Santos e Imigração na Belle Époque*. São Paulo, Edusp, Fapesp, 2017.

COSTA, L.A.M. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. 2000. Dissertação (mestrado) – FAU USP, São Paulo.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. O Café e a Imigração em Santos. In: Pereira, Maria Aparecida Franco (org.). *Café, Santos & História*. Santos Leopoldianum, 1995.

GAMBETA, Wilson. *Desacumular a pobreza: Santos, limiar do século. Espaço e Debates*. São Paulo, 1984.

_____. *Soldados da saúde: a formação dos serviços de saúde pública em São Paulo*. 1988. Dissertação (mestrado) – FFLCH USP, São Paulo.

_____. *A bola rolou: o Velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895 – 1916)*. 2013. Tese (Doutorado) – FFLCH USP, São Paulo.

GITAHY, M.L.C. *Ventos do Mar*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

_____. "Os trabalhadores da construção civil na belle époque, 1889-1914" in *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica, vol.II*, 1997: 118-132.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

HOBSBAWM, Eric J.. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Companhia Docas de Santos (1888 – 1914)*. São Paulo: Prisma, 1997.

LANNA, A. L. D. *Uma cidade na transição: Santos (1870 – 1913)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARENHAS, Gilmar. “Mundo e lugar: a introdução do futebol no Brasil urbano”. *Experimental*. São Paulo (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial), mar. 1999, n.6, pp. 95-110.

_____. Várzeas, operários e futebol: uma outra geografia. *GEOgraphia (UFF)*, p. 32-47. 2002

_____. *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 30, p. 9-27, 2005.

MELOSI, Martin. “On the cusp of the new public health. Bacteriology, environmental sanitation and the quest for permanence, 1880-1920” In: *The sanitary city*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

PERROT, Michelle. "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX." in *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.101-125

PIERIN, Gabriel Davi. *Santos Football-Club: o nascimento de um gigante*. Santos/SP: Realejo Livros, 2011.

SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. 1979. Tese (doutorado) FEA – USP, São Paulo.

SILVA, F. T. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, F. T. da e GITAHY, M.L.C. “O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial” in *História Social*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1996.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. “Esporte, cidade e modernidade: Santos”. In Melo, Victor Andrade de. *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, 2011.

Recebido em 2 de março de 2018
Aprovado em 19 de outubro de 2018